



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO GESTÃO ESCOLAR**

AVALIAÇÃO: MITO OU DESAFIO?

GILKA DA LUZ COTA ROCHA RAMOS

Belo Horizonte

2015



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO GESTÃO ESCOLAR**

AVALIAÇÃO: MITO OU DESAFIO?

Trabalho apresentado como pré-requisito necessário para conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Ma. Beatriz Lopes Falcão do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

GILKA DA LUZ COTA ROCHA RAMOS

AVALIAÇÃO: MITO OU DESAFIO?

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Profa. Ma. Beatriz Lopes Falcão – Orientadora

Gilka da Luz Cota Rocha Ramos - Cursista

Dedico este trabalho a Deus que nos criou e foi criativo nesta tarefa quando soprou seu fôlego de vida em mim, dando-me coragem, força, foco e fé para caminhar sem me desanimar.

E ao meu esposo e filhos por acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu saúde e força para superar os obstáculos.

A SEE/MG e a UFMG que oportunizaram a janela que se abre em um horizonte superior com essa Pós Graduação.

Às minhas professoras orientadoras Beatriz Falcão e Adriana Andrade pelo suporte, correções e incentivo durante esse percurso.

Ao meu esposo Juarez e filhos pelo incentivo e apoio incondicional sempre.

A todos da equipe escolar, que direta ou indiretamente me apoiaram e incentivaram, o meu muito obrigada.

A minha irmã Cheila Cota Rocha pela força e auxílio necessários à postagem deste trabalho.

“São grandes as recompensas para aqueles que optam pelos caminhos duros e difíceis, mas recompensas acham-se ocultas pelos anos. Um dos desafios de nossa aventura na Terra consiste em nos elevarmos acima de sistemas mortos... guerras ,religiões, nações, distribuições... recusarmos a fazer parte deles e em vez disso exprimirmos o que temos de melhor dentro de nós. O segredo é sempre estar de braços estendidos em vez de cruzados.”

Nágilla Dalliene Feliciano

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a Avaliação escolar descrita pela Equipe da E.E. Virgílio de Melo Franco em seu Projeto Político Pedagógico. Sendo a Avaliação um processo contínuo e paralelo ao ensino devendo acontecer durante todo o período letivo, em todos os momentos e de formas variadas, levando o professor a detectar a aprendizagem ou não do aluno. De acordo com a legislação vigente toda produção do aluno deve ser vista como avaliação de seu conhecimento. A avaliação deve valer-se de modalidades como somar, formar e diagnosticar e jamais deverá ter caráter punitivo. Portanto, a avaliação é um ato complexo, cuja competência não é responsabilidade só do professor, mas de todos. Devendo ser contínua e estar presente durante todo o processo e não somente em períodos específicos, deve também ter compatibilidade com os objetivos propostos, amplitude, avaliando todos os aspectos (cognitivos, afetivos e psicomotor). Portanto, se é função da escola criar condições para que o aluno aprenda os conteúdos e, sobretudo, desenvolva determinadas habilidades, ela precisa de diversas formas de avaliar e fornecer ao professor elementos de reflexão contínua sobre sua prática e a criação de novos instrumentos de trabalho, sobre ajustes a fazer no processo como um todo. Ao aluno deve permitir tomar consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de sua tarefa de aprender. À escola, cabe definir prioridades e identificar que aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Palavras-chave: Avaliação; Processo; prioridades, conhecimento, diagnóstico, resultados.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. AVALIAÇÃO ESCOLAR.....	10
3. AVALIAÇÃO SEGUNDO A E. E. VIRGÍLIO DE MELO FRANCO.....	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
5. REFERÊNCIAS.....	18
6. ANEXO.....	20

1. INTRODUÇÃO

A Avaliação é um processo complexo que deveria ser utilizado nas escolas para atingir objetivos que nem sempre estão claros e precisos no dia a dia dos alunos. Considerando este contexto, o ato avaliativo acaba se tornando problemático, causando até aversão por vezes, provocando discussões e polêmicas, em todos os níveis de ensino.

Na E. E. Virgilio de Melo Franco existem educadores que procuram variar e implementar meios alternativos de avaliação para que as mesmas sejam eficazes e interessantes para obtenção de resultados somativos. Em contrapartida, possuímos um número maior de professores que lutam para que se prevaleça a avaliação tradicional, que contém traços punitivos.

É importante que a avaliação não seja aplicada somente para que o aluno seja pesado (quantitativo) e obtenha uma nota, mas sim medido (qualitativo) para que os professores tenham conhecimento das dificuldades dos alunos, repensem suas ações e busquem aprendizados que facilitem a formação dos alunos.

A Equipe da E. E. Virgilio de Melo Franco sente a necessidade de que seus educadores busquem avaliar de formas diferenciadas para, após as mesmas, não continuar fazendo das avaliações escolares um tabu. Utilizando as avaliações como um diagnóstico que leve ambas as partes a uma reflexão do ensino aprendizagem e não como instrumento para prestação de contas aos pais, direção, Secretarias Regionais de Ensino e outros mais.

Dessa forma, a escola preza pela participação efetiva de toda equipe bem como das famílias para que o processo seja real, democrático e aplicável à realidade de seus alunos, buscando com essa atitude um bom resultado do ensino aprendizagem e que a avaliação seja vista como um ponto de apoio nesse processo.

A E.E. Virgilio de Melo Franco não leva em consideração somente a avaliação interna e seus resultados como parâmetros somatórios, mas busca nos resultados das avaliações externas, nos diferentes níveis de ensino que atende, analisar todos os resultados e por meio do conjunto modificar e aprimorar sua forma de avaliar para

que o ensino aprendizagem seja efetivado, e através das avaliações internas efetuar um feedback que seja real e, por que não dizer, prazeroso para quem aprende e para quem ensina.

Objetiva-se neste trabalho estudar um tema polêmico, para os educadores, e assustadores para alguns alunos e seus familiares, ao mesmo tempo em que procurar-se-á mostrar que as avaliações são aplicadas no intuito de alcançar melhores resultados e não punições. Espera-se que após aplicação dos conteúdos e de experiências avaliativas inovadoras que os resultados sejam satisfatórios e tais experiências sejam divulgadas posteriormente, no âmbito escolar, para o conhecimento de todos, para assim o assunto deixar de ser considerado como polêmico e ser desmistificado.

Sendo a educação o melhor caminho para tudo que é necessário, que os educadores sejam amparados por encontros pedagógicos para estudos, questionamentos a respeito de suas dúvidas e terem como comprovar à comunidade escolar que a avaliação é o guia para elevar o nível de qualidade do ensino aprendizagem de todos os envolvidos.

No contexto atual, a avaliação não se destina somente ao aluno, mas também avalia o professor e a equipe pedagógica. Sendo a escola responsável pela elaboração de seu próprio regimento, ela pode particularizar suas ações, sem ferir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atendendo suas particularidades e metas a serem alcançadas (BRASIL, 1996).

2. AVALIAÇÃO ESCOLAR

A Equipe da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco está em concordância com a definição de Luckesi (1998) acerca da avaliação, ou seja, a avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisões.

A avaliação da escola leva em consideração a sua prática pedagógica em um processo contínuo e global, que leve a ação-reflexão como diagnóstico para a tomada de decisões, que direcione a novas ações para concretizar uma melhor qualidade do ensino.

Seu lema evidencia que a avaliação jamais deverá assumir caráter punitivo e deverá prever diferentes estratégias que encaminhem os alunos a demonstrar suas habilidades e competências, pautando-se para tanto nos registros descritivos e reflexivos e atendendo ao disposto no artigo 69 da Resolução número 2.197 de 26 de outubro de 2012, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, que determina que:

A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve: I - assumir um caráter processual, formativo e participativo; ser contínua, cumulativa e diagnóstica; utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos; fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos; assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo; VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo; assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente; possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade ano de escolaridade. (MINAS GERAIS, 2012)

Em seu artigo 70 a mesma Resolução define que:

[...] na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do

educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias (MINAS GERAIS, 2012)

Ainda neste mesmo documento, em seu Parágrafo Único, especifica que:

[...] as formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar (MINAS GERAIS, 2012)

Agir em conformidade a esse pressuposto favorece à identificação das necessidades individuais de cada aluno de modo a direcioná-los ao entendimento necessário. Para tanto, são analisados os resultados das avaliações internas e externas, que são considerados para elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) anual.

Reportando-se à literatura, existem três formas de avaliação das quais a educação poderá se valer. Como a avaliação formativa à qual Perrenoud (2000) afirma que toda avaliação ajuda o aluno a se desenvolver; ou a avaliação somativa que segundo Haydt (1997) realiza-se em um curso, período letivo para classificar o aluno para prosseguir os estudos; ou ainda a avaliação diagnóstica que auxilia o professor a determinar os conhecimentos e habilidades que devem ser retomadas antes de se iniciar novos conteúdos (HAYDT, 1997).

Não há resistência na aplicação de avaliação na escola e sim ao meio para o qual serve: aprovação ou reprovação e ao contrário deste conceito, deve ser utilizada para diagnosticar aprendizagens não concretizadas e promover ações para reverter esse quadro através de intervenções, sempre que necessário. Existe então, necessidade de mudança e a começar pelo currículo que contém quatro áreas de conhecimentos, mas embutidas estão doze disciplinas, o que dificulta em muito a real aprendizagem.

Portanto, para que a mudança aconteça, é necessário que a Avaliação esteja integrada ao Projeto Político Pedagógico tanto na concepção quanto na implementação, considerando o sujeito histórico e de direito da mesma, que são os estudantes e professores, sendo eles participantes e protagonistas em sua

diversidade para que atenda à sua funcionalidade real e não somente para assegurar o cumprimento da lei mas, sim para garantir que a escola tenha autonomia quanto à sua organização e que essa Proposta Político Pedagógica atenda realmente à sua realidade.

Mesmo integrada ao Projeto Político Pedagógico deve estar articulada com as diretrizes curriculares individuais, ou seja, atendendo à particularidade da escola em questão, mas estando em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, ou seja, como reforça a Resolução CNE/CEB 02 /2012, em seu artigo 16, inciso XI: “a Avaliação da aprendizagem, com diagnóstico preliminar e entendida como processo de caráter formativo, permanente e cumulativo” (BRASIL, 2012).

A cada necessidade, o educador poderá se valer de uma das modalidades descritas a seguir: como a Avaliação Formativa que é aquela que auxilia o professor no seu fazer pedagógico, fornecendo dados para uma tomada de decisão. Perrenoud (2000, p.103) diz que: “é formativa toda avaliação que ajuda o aluno a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo.”

A Avaliação Somativa que de acordo com Haydt (1997, p. 18) possui “função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino [...]”. Como definido, essa modalidade de avaliação classifica os alunos para prosseguir nos estudos.

E a Avaliação Diagnóstica na qual Haydt (1997, p. 292 -93) diz que:

[...] A avaliação diagnóstica auxilia o professor a determinar quais são os conhecimentos e habilidades que devem ser retomados antes de introduzir os novos conteúdos previstos no planejamento. [...] também permite diagnosticar as dificuldades dos alunos [...]

O ato de avaliar está constantemente presente em nossas vidas, dentro e fora da escola. O ser humano na escola tem a avaliação escolar e fora em seu cotidiano, em praticamente tudo como, por exemplo, analisar e conferir um produto antes de adquiri-lo, avaliando suas qualidades, detectar se possui algum defeito e/ ou comparação de preços.

Portanto, se o ato de avaliar está presente em nossas vidas; na educação baseia-se em parâmetros específicos como notas e conceitos que pesam e medem o conhecimento dos alunos o que os leva à promoção ou progressão, então, a avaliação é uma constante nas escolas.

O que define os critérios da avaliação da aprendizagem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei 9.394/96, especificamente em seu artigo 24, alínea V. No âmbito escolar avaliação e aprendizagem estão atrelados e para que se obtenha resultados positivos é preciso utilizar formas diversas e adequadas.

É importante o educador conhecer seu aluno, sua realidade, sua vivência familiar e social e que as avaliações sejam elaboradas como uma forma de crescimento e não como uma forma de punição pelo que não apreendeu. Que elas sejam elaboradas para auxiliar e valorizar o conhecimento adquirido, respeitando o contexto no qual está inserido, tal ação impacta, e muito, no ensino aprendizagem de cada um.

E diante dessa reflexão questionamos: Avaliação: Mito ou desafio? É um assunto polêmico e de suma importância, pois ao mesmo tempo em que pode avaliar o aluno e elevar sua autoestima pelo seu resultado positivo, também tende a deixar eternas cicatrizes ao valorizar excessivamente seus erros e publicá-los.

3. AVALIAÇÃO SEGUNDO A EQUIPE DA ESCOLA ESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco oferece à comunidade a Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Reinventando o Ensino Médio e PRONATEC.

Analisando o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, as dificuldades e problemas encontrados na escola são a indisciplina, a falta

de interesse dos alunos, apesar de aulas inovadoras e escola equipada com tecnologia de ponta, e também a ausência dos pais na escola, bem como despreparo de alguns professores, e as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

A falta de integração da família e comunidade com a escola em suas reuniões e execução dos projetos também é prejudicial ao sucesso no alcance dessas metas. A ausência do envolvimento familiar faz falta para o progresso intelectual e pessoal do aluno.

Existe uma grande preocupação quanto às práticas pedagógicas e a busca pela inovação, avaliando o aluno em todo o processo educativo para formá-lo, buscando a continuidade de estudos e para isso preocupa-se também com a formação dos professores e demais servidores. Superar as dificuldades de aceitação da equipe em sua totalidade tem sido uma constante, pois a formação continuada levará à valorização dos profissionais melhorando o desempenho de todos.

Diante desse quadro a forma de avaliar existente não tem sido suficiente para diagnosticar, portanto a equipe vê a necessidade de criar grupos de estudos permanentes e um maior envolvimento dos professores para, senão sanar, pelo menos diminuir o problema.

Levando em consideração a obediência a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 24, inciso V, diz que “a verificação do rendimento escolar observará [...] A Avaliação contínua, cumulativa e somativa onde prevalecerão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, sendo esse processo contínuo e paralelo ao ensino”.

Portanto, discute-se a preocupação com a questão do poder e função social da avaliação escolar buscando um novo olhar para as práticas avaliativas existentes que poderão levar à diferenciação do ensino e diante dessa constatação o Projeto Político Pedagógico da E. E. Virgílio de Melo Franco detecta que existe uma necessidade atual de uma reflexão sobre o que é avaliação escolar pelos seus educadores, a qual está muito banalizada por uns e muito conservadora por outros e, no contexto atual é necessário a reconstrução da prática pedagógica, que já vem

passando por transformações, que estão interferindo na postura do educador, bem como na postura do educando.

Fica claro então que o ideal é que a avaliação escolar seja uma interação positiva que, não só busque resultados, mas que abra espaço para questionamentos onde o educando não tenha medo de perguntar.

Hoffmann (2000, p. 17) observa que:

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento.

Na E. E. Virgílio de Melo Franco esta definição faz parte da prática cotidiana do professor comprometido com o ensino, que constantemente redefine sua prática pedagógica utilizando variáveis diferenciadas no processo avaliativo, buscando sempre a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem.

Mas há também na escola muitos educadores vêm à avaliação de forma contraditória à sua função, como dito acima sobre o descaso de uns, conservadorismo de outros, pro forma (só para constar que foi feito) para muitos que não levam a sério a nova modalidade de avaliação e ao que busca. É necessário que a avaliação seja vista como complementação do ensino aprendizagem e não apenas como forma de classificar o aluno e dar a ele o retorno de certo ou errado.

Apesar das ações isoladas destes profissionais da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, esta pauta-se na legislação em vigor para agir e sendo assim, o processo de avaliação, de um modo geral, é contínuo e paralelo ao ensino. A avaliação da aprendizagem dos alunos é realizada pelos professores em regime de colaboração com a equipe pedagógica e sob a responsabilidade de uma comissão, composta pelo gestor, supervisor e alguns professores.

A E.E. Virgílio de Melo Franco busca ações e estratégias que reforcem diferentes formas de avaliação onde os alunos demonstrem competências e habilidades adquiridas ao longo do ano ou série e isto é uma experiência, talvez não inovadora, mas que registrando-se e fazendo a leitura de cada ação pode levar ao acompanhamento adequado para aquelas dificuldades detectadas (PPP, 2014).

Levando em consideração a preocupação na busca da mudança, a escola tem mais condições de elaborar um Plano Individual que atenda integralmente às dificuldades individuais e até mesmo coletivas conforme o caso.

É válido esse trabalho escolar, tendo em vista que a análise dos resultados internos e externos são utilizados para permear todas as ações escolares e o esforço demonstrado para incutir nos alunos, famílias e comunidade em geral a responsabilidade de cada parte pela melhoria educacional que é de grande significação, pois responsabilidades devem ser partilhadas e essa união e disponibilidade é caracterizada durante todo o processo educacional, registrado integralmente no Projeto Político Pedagógico, mostrando que a escola quer e necessita dessa parceria.

Inovações são necessárias, utilização de novas metodologias são clamadas por todos, portanto, com relação às técnicas e instrumentos avaliativos no processo ensino-aprendizagem, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco prevê em todo seu Projeto Político Pedagógico e orienta que o professor deverá utilizar-se de diversas estratégias para obter mais fidedignamente os resultados dos alunos, cujo ponto de partida é a avaliação diagnóstica e espera que com uma maior conscientização da comunidade escolar acerca do processo avaliativo, o aprendizado e os resultados sejam mais satisfatórios no futuro, para tanto se pauta nos princípios de qualidade, comprometimento, criatividade, ética, respeito e valorização do aluno e do profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se, pois, de questão importante, o conhecimento da comunidade escolar é que a levará a melhoria da educação de modo geral, trabalhando para manter a escola funcionando e com qualidade. Pretende alcançar suas metas priorizando as necessidades mais emergentes e lutando para conseguir parcerias para atingir outras metas. A escola procura mobilizar e incentivar a família a se envolver através de reuniões, apresentações e outros.

Para que isto ocorra, professores e equipe devem se comprometer a trabalhar comungando metodologias, analisando com o aluno a realidade e debatendo seus valores, instrumentalizando-os na arte da pesquisa, para que possam se tornar cidadãos conscientes de sua participação na construção da sociedade.

É perceptível que o professor, como mediador desta aprendizagem, precisará estar constantemente em capacitação e na medida do possível a escola estará oferecendo suporte para que estas ocorram.

A escola, busca ser escola de referencia no município, pautando-se no diálogo e trabalho participativo, com vistas à inovação e integração de todos que compõem a comunidade escolar. Em sua missão lutará por garantir o acesso e permanência dos alunos e que eles se tornem cidadãos críticos, construtivos, conscientes e participativos e tem também como objetivo primordial lutar pela valorização dos direitos dos profissionais, o que tão bem especifica em seu Projeto Político Pedagógico.

5. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazo Afonso de André- Além da meritocracia e do Fracasso: **caderno de pesquisa** São Paulo, n.º 99, pag.16-20, nov.1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação e Conselho da Educação Básica** Resolução 02 /2012.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96**. Brasília, 1996

FERREIRA, Rosimar Gomes da Silva. **Curso de avaliação do Aluno no Processo Educacional-Fundamental e Médio- CPT**

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino–aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Coleção magistério 2.º grau: série formação do professor. São Paulo: Editora Cortez,1994

LUKESI, Cipriano Carlos. **Planejamento e Avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica**: São Paulo: FDE, 1998.

MINAS GERAIS. **Parecer CEE/MG Nº 1.132/97**. Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 104** de 14 de julho. Reedita com alterações a Resolução n.14 de 03 de fevereiro de 2000 que institui o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE e cria o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. 19 de julho de 2000.

_____. **Decreto 45.851**: de 28/11/2011

_____. **SEE/MG Resolução nº 2.197/2012.**

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas.** Porto Alegre, Artmed, 1998.

_____. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

6. ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco



ESCOLA ESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**GILKA DA LUZ COTA ROCHA RAMOS
LUCIANO SEVERINO ANTUNES
ROSILUCE PEREIRA DEUSDARÁ MATTOS
SOLANGE CONCEIÇÃO MARTINS FERREIRA
VANILDA APARECIDA PALMA SOUZA**

UNAI, 2014

ESCOLA ESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	11
3. CURRÍCULO	16
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	23
5. PROCESSO DE DECISÃO	25
6. RELAÇÃO DE TRABALHO	28
7. AVALIAÇÃO	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.754, de 14/12/1965, que autorizou o Ensino Fundamental e Médio. Iniciou-se suas atividades educacionais com instalação à Rua Celina Lisboa Frederico, nº 142, no prédio da Escola da Comunidade Nossa Senhora do Carmo, transferida depois para a Rua Serra Bonita, hoje Rua Natal Justino da Costa, 560, onde mantém sua sede.

A Caixa Escolar denominada “Virgílio de Melo Franco” foi instituída em 23 de maio de 1977, conforme a Resolução SEE nº. 2.288/77, de 10 de março de 1977, MG, pág. 13, col.4 e 5.

Em 1994, esta Instituição recebeu a autorização para funcionamento do Curso de Técnico em Contabilidade, através do Decreto nº 36.168/94, de 10/03/94, MG, de 16/03/94 – folha 15, col. 03, tendo o referido curso sido encerrado, por força da lei, no ano de 1998.

No ano de 2010, a Escola foi contemplada com o Programa Educacional Profissionalizante PEP – EJA, criado pelo Parecer CEE/MG nº. 123, de 18/03/09 e Portaria SEE/MG nº. 1.047, de 10/08/10. Os cursos ofertados foram Gestão de Pequenas Empresas e Administração de Empresas, tendo sido ministrados em 03 (três) períodos, com início em 14/09/09 e término em 31/08/11.

Em 2012, a Escola Virgílio foi uma das 133 escolas da rede estadual mineira a ser contemplada com o projeto “Reinventando o Ensino Médio”, criado pela Res. SEE/MG nº 2.030/12, de 25 de fevereiro de 2012, com início de suas atividades previstas para fevereiro de 2013; É a primeira escola de Unaí a receber o projeto “Reinventando o Ensino Médio”, e só vem somar com os resultados prestados à sociedade, pela seriedade do ensino implementado na mesma, que é referência em Unaí. Foram implantadas as áreas de empregabilidade: Comunicação Aplicada, Meio Ambiente e Recursos Naturais e Tecnologia da Informação.

Em 2013 implantou-se o curso de Técnico em Informática – PRONATEC, autorizado pela Portaria nº 170/2013 e encontra-se em funcionamento duas turmas, atendendo a 68 alunos do módulo I e II.

Atualmente a E. E. Virgílio de Melo Franco encontra-se sob a direção – primeiro mandato – da professora Vanilda Aparecida Palma Souza, que foi indicada pelo Colegiado Escolar em 19/04/2013.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco atende à demanda de adolescentes na faixa etária que varia entre 14/15 (quatorze/quinze) e 17/18 (dezessete/dezoito) anos, e de jovens e adultos da EJA, somando um total de 1060 (um mil e sessenta) alunos matriculados no Ensino Médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos. Desses 1.060 alunos a maioria é moradora dos bairros circunvizinhos e alunos da zona rural que utilizam as várias linhas do transporte escolar municipal. Mesmo localizada no centro da cidade recebe alunos oriundos dos mais diversos bairros da cidade e da zona rural, atendendo assim, a uma clientela diversificada.

Os educandos são na maioria, de classe média; os de baixa condição financeira recebem o auxílio Bolsa-Escola que, além de ajudar nos estudos dos mesmos complementa a renda familiar. A maioria dos alunos vive com a família, pai e mãe, há um número significativo de alunos filhos de pais separados, os quais vivem com o pai ou com a mãe, ou moram com os avôs. Os alunos do período noturno já estão inseridos no mercado de trabalho, sendo trabalhadores no período diurno e estudantes no período noturno, em sua maioria remunerada com salário mínimo.

Analisando o perfil dos educandos da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco entende-se que estes na sua maioria veem seus pais como amigos e companheiros; que a família contribui para a realização de suas ideias orientando-os quanto ao valor do estudo e do conhecimento. Gostariam de conversar com os pais sobre diversão, namoro, amizade, vícios e outros assuntos, vem à escola porque querem estudar; o que mais agrada na escola é o recreio, esporte, aulas através de filmes. A disciplina que mais atrai é a de Língua Portuguesa. Os alunos dizem que aplicam no seu dia a dia, o que aprendem na escola: como respeitar as pessoas pelas diferenças e a ouvir os outros. Gostariam de estudar atualidades, jornalismo escolar e informática. Os alunos falam que são tratados com respeito e carinho na escola. Gostariam de continuar seus estudos em nível de graduação. Poucos alunos têm conhecimento do que vem a ser um Colegiado Escolar, embora seja um órgão com ações consultivas e deliberativas, mas sabem para que serve um Conselho de

Classe e, que gostariam de participar deste, para conhecer o desempenho de sua turma.

O corpo docente da Escola Virgílio de Melo Franco é composto por professores com graduação, pós-graduação e mestrado. Desse conjunto, 93% são habilitados nas áreas de atuação, tendo muito deles experiência com turmas de graduação e pós-graduação, nas faculdades e universidade local.

Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é resultado da reflexão e da avaliação de todos os envolvidos, ou seja, é a tradução dos anseios de toda a comunidade escolar. O envolvimento da comunidade escolar é essencial para que sejam atingidos os objetivos propostos assegurando assim, a qualidade do processo educacional que ministra.

Nesta concepção, este projeto foi elaborado e reestruturado com a participação de toda equipe gestora e professores. A partir do envolvimento de todos – professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica, e demais servidores da escola – numa construção coletiva – em busca da “excelência da educação”, que demanda da prática de valores, princípios e crenças que orientam e respeitam o futuro do homem e da sociedade.

Importante salientar que o Projeto Político Pedagógico é apenas um ponto de partida para que aconteçam novas reflexões, tomada de consciência dos principais problemas da Escola; das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais, para suprimir ou reduzir as deficiências e necessidades detectadas na rotina escolar. Por isso sua avaliação tem sido realizada continuamente, através do monitoramento de todas as ações, aplicação de questionários, realização de discussões e estudos em grupos nas reuniões pedagógicas.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

As finalidades recomendadas neste Projeto Pedagógico pautam-se do conjunto de valores educativos que a Escola Virgílio de Melo Franco se compromete cultivar em seus alunos, cujos explicitam a visão de homem que deseja educar. São os predicados que se quer proporcionar a cada aluno, como forma de contribuir para uma vida melhor. Valores esses que, construídos ao longo da Educação Básica devem ser os resultados esperados ao final de todo o processo educacional. Conforme Veiga (1995, p. 13)

O projeto político pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Os atributos fundamentais a serem construídos junto aos educandos devem promover:

- O desenvolvimento de uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento.
- A atuação com autonomia, solidariedade e responsabilidade consigo mesmo, com a família e com a comunidade.
- O exercício dos valores éticos, estéticos e políticos de nossa cultura.
- O respeito pelo conhecimento e opiniões, e o uso do diálogo na mediação de conflitos.
- A competência para atuar no mundo do trabalho dentro dos princípios do respeito por si mesmo e pelos outros.
- O exercício da cidadania para transformação crítica e ética das realidades sociais.

O objetivo primordial deste Projeto Pedagógico destina-se à promoção do desenvolvimento integral do aluno. Sua operacionalização será executada através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão sobre o processo educacional, visando proporcionar ao educando uma educação inovadora, autônoma, democrática e inclusiva, para constituir cidadãos criativos, críticos, éticos, reflexivos, participativos e solidários, que sejam capazes de viver e conviver em sociedade exercendo o direito da cidadania, a ponto de transformá-la para o próprio bem e para o bem de todos.

Para a efetivação do objetivo geral necessita-se:

- inovar as práticas pedagógicas tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- avaliar constantemente todo o processo educativo, para superar fracassos e assegurar o êxito do mesmo;
- formar o aluno para a continuidade de estudos de modo a ser capaz de se inserir, com competência, no mercado de trabalho;
- valorizar a atuação do professor, oferecendo-lhe condições adequadas para o melhor desempenho de sua função, com vistas ao sucesso do aluno e, conseqüentemente, do próprio sucesso;
- proporcionar a formação continuada de professores e demais servidores através de aperfeiçoamento contínuo em benefício da aprendizagem do aluno;
- implantar e/ou implementar projetos educativos e sociais;
- viabilizar a integração Escola e Família e Comunidade, através de encontros, reuniões, palestras, eventos, etc.

Para a efetivação entre 80% (oitenta) e 100% (cem) dos objetivos propostos neste Projeto Pedagógico e, conseqüentemente, a eficácia do mesmo, foram previstas até o final de 2015, as seguintes metas de acordo com suas categorias:

Metas Estratégicas

Para a promoção do desenvolvimento integral do educando, a Escola priorizou no seu processo de ensino os seguintes princípios:

- da *igualdade* de condições para o acesso e permanência na escola;

- da *liberdade* de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- do *respeito* à liberdade e apreço à tolerância;
- da *valorização* do profissional da educação escolar;
- da *garantia* de padrão de qualidade;
- da *vinculação* entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (art. 3º da LDB nº 9.394/96).

Metas Gerais

- Promoção de uma educação inovadora, autônoma, democrática e inclusiva, para o exercício consciente do direito e da cidadania.
- Formação de cidadãos éticos, reflexivos, participativos e solidários que possam viver e conviver com liberdade em harmonia e na sociedade.
- Valorização dos profissionais da Escola por meio de promoção de oportunidades de formação continuada, entre outros.

Metas Específicas

- Envolvimento de toda a comunidade escolar (professores, alunos, pais ou responsáveis, servidores) no compromisso de elevar a Proficiência Média da Escola prevista no PIP de 2014 e Acordo de Resultados SEE/SRE e ESCOLA;
- inovação das práticas pedagógicas tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- implantação e implementação de projetos pedagógicos, inter e transdisciplinares;
- desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras que motivem os alunos, despertando-lhes o interesse pelos estudos e elevando sua autoestima;
- avaliação constante do processo educativo, para a superação das dificuldades e replanejamento de objetivos e metas para a eficácia do mesmo;
- promoção de uma aprendizagem que possibilite ao aluno a continuidade de estudos e sua inserção no mercado de trabalho;
- valorização dos profissionais propiciando o melhor desempenho de sua função em prol do sucesso da escola;
- formação continuada de professores e demais servidores através de

aperfeiçoamento contínuo em prol da aprendizagem do aluno;

- integração Escola, Família e Comunidade para a consolidação do trabalho proposto.

O alcance de todas essas metas estará condicionado ao desempenho satisfatório de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Se um dos elos se romperem, o trabalho de todos será comprometido. Assim o acompanhamento se faz necessário diuturnamente.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A E. E. Virgílio de Melo Franco está localizada à Rua Natal Justino da Costa, nº 560, centro do município de Unaí/MG; tem sua clientela constituída de adolescentes na faixa etária que varia entre 14/15 (quatorze/quinze) e 17/18 (dezesete/dezoito) anos, e de jovens e adultos da EJA, somando-se um total de 1.060 (um mil e sessenta) alunos matriculados no Ensino Médio, nas séries (1ª, 2ª, 3ª) Regular e EJA – Educação de Jovens e Adultos, períodos (1º, 2º, 3º). Desses 1.060 alunos a maioria é moradora dos bairros circunvizinhos, complementando o seu total, com alunos da zona rural que utilizam as várias linhas do transporte escolar municipal para se dirigirem à escola.

Os alunos, matriculados nos turnos: matutino e vespertino são filhos de funcionários públicos municipal, estadual e federal, bancários, empresários, comerciantes, comerciários, trabalhadores autônomos, agricultores, lavradores, assentados, entre outros. Os alunos do turno noturno, jovens com idade acima de 18 (dezoito) anos e adultos, são trabalhadores dos diversos ramos, como: manicuras, cabeleireiros, açougueiros, autônomos, empregadas domésticas, do lar, comerciantes, comerciários, funcionários públicos e outros.

Os equipamentos oferecidos aos alunos, professores e demais servidores são: data show, telas interativas, computadores, notebook, TV, vídeo, DVD, retroprojeto, telão, material esportivo e pedagógico para a realização das atividades docentes, e um considerável acervo bibliográfico.

O quadro de funcionários é composto de 89 servidores sendo: 01 diretor e 02 vice-diretores; 01 coordenador do Projeto Reinventando o Ensino Médio; 01 coordenador do PRONATEC; 03 EEB: supervisores; 08 ATB: 01 secretário escolar; 06 auxiliares

de secretaria e 01 ATB financeiro; 15 ASB: 03 porteiros e 12 cantineiros; 03 professores de ensino do uso de biblioteca e 51 professores na docência, sendo em média 93% (noventa e três) habilitados na função e 7% (sete) com graduação superior (bacharelados).

A Estrutura Administrativa da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é formada por três instâncias: Área Administrativa: Direção, Colegiado Escolar e APM; Área Financeira: Caixa Escolar e Conselho Fiscal e Área Pedagógica: Equipe Docente, Grêmio Estudantil, Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

Compete às Equipes Administrativa, Pedagógica e Financeira: planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o Plano de Ação da Escola norteado pelo Projeto Político Pedagógico.

As Áreas: Administrativa, Pedagógica e Financeira da Escola é dividida em setores de trabalho, cujo funcionamento e atribuições decorrem das necessidades do estabelecimento, em consonância com legislação vigente.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco atende em 03 turnos, no total de 29 turmas, sendo 12 no matutino, 07 no vespertino e 11 no noturno. No noturno, conta com 03 turmas de ensino regular, 06 turmas de EJA e 02 turmas de PRONATEC – Técnico em Informática.

As turmas têm em média 40 alunos que são enturmados de acordo com a faixa etária nas turmas de 3º ano e EJA. Nas turmas de 1º e 2º ano, por fazerem parte do Projeto Reinventando o Ensino Médio, os alunos são enturmados de acordo com a área de empregabilidade, depois de realização do Seminário de Percursos, quando eles têm a oportunidade de conhecerem as áreas oferecidas pela escola e, então, escolherem a que querem cursar (Resolução SEE Nº 2442/2013).

O Projeto Reinventando o Ensino Médio propõe a ressignificação do Ensino Médio através da implementação de políticas públicas que visam garantir o acesso e

permanência dos jovens no Ensino Médio. A LDBEN n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 22, assim determina:

a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Assim sendo, são três os princípios fundamentais do projeto: significação/identidade do Ensino Médio, empregabilidade e qualificação acadêmica.

A educação tem seu foco principal na formação cidadã de seus alunos, que envolve um processo ideológico de formação pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres. Tal processo efetiva-se através de constantes lutas contra as discriminações, da abolição de barreiras entre indivíduos e contra as opressões e os tratamentos desiguais, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos nas tomadas de decisões.

O desafio histórico e milenar é garantir condições de acesso e permanência nas escolas. Assim, todos terão chances de competirem com igualdade, respondendo por suas obrigações e direitos. O que já é garantia de cidadania.

A educação formal vai garantir o acesso a uma gama de informações, fazendo com que este cidadão/cidadã se posicione diante de qualquer desafio com consciência. Vai ser garantia de sucesso nas relações pessoais, profissionais e com o meio em geral.

De acordo com Vygotsky (apud LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992), “o processo de apropriação do conhecimento se dá nas relações reais do sujeito com o mundo. Portanto inclui relações entre pessoas”. Ao se tratar da aprendizagem na escola, verifica-se que a mediação do conhecimento é o objetivo maior, onde o professor possibilita a aprendizagem, que é apreendida pelos alunos, numa relação de interação, que resulta num constante “ensinar” – do professor – e “aprender” – do aluno.

O processo ensino-aprendizagem como eixo do trabalho da Escola, deve ser identificado com um dos elementos básicos, desse processo, para atingir seu fim último: a formação integral do educando.

A equipe pedagógica realiza encontros periódicos para planejamento e utiliza a pedagogia de projetos para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Numa educação libertadora (Paulo Freire, 1970), que busca a transformação da realidade, o conhecimento passa a ser fruto de uma construção dialógica, política e, conseqüentemente coletiva, onde o processo de ensino-aprendizagem adquire movimento de troca e de crescimento, num movimento dialético permeado de contradições e de mediações entre os sujeitos envolvidos no processo.

Levando em conta que a educação é ao mesmo tempo um processo individual e um processo social que acontece através das interrelações, a Escola Virgílio de Melo Franco busca referências em algumas tendências existentes no sistema pedagógico. Objetivando suscitar no educando a consciência de si e do mundo, sujeito que “aprende e ensina/ensina e aprende, vive e convive”, a Escola apoia-se nas teorias de Paulo Freire enfatizando a dialogicidade, em Piaget embasando-se no construtivismo e no interacionismo de Vygotsky, enriquecendo as práticas através de H. Wallon, P. Perrenoud, D. Goleman, E. Morin, e tantos outros pensadores que, a cada dia vem contribuindo com suas ideias, para o “fazer pedagógico” dos docentes.

A Escola busca na pedagogia de Paulo Freire, a teoria dialética do conhecimento, que parte do movimento ação-diálogo-ação: a teoria reflete sobre a prática e retorna a ela, para transformá-la. Professor e aluno aprendem juntos numa relação dialógica e dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria direciona-a, num processo de constante aperfeiçoamento.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, utiliza a tendência pedagógica Construtivista. Os alunos são sujeitos de suas curiosidades.

Piaget sustenta que o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas (PIAGET, 1976). E, Mizukami (1996, p 60) acrescenta que:

O ser humano constrói o seu conhecimento interagindo com o meio, desenvolvendo suas estruturas cognitivas até atingir um nível de maturidade que permita elaborar o aprendido e novamente recomeçar o processo.

Para Vygotsky a interação com o meio e com o outro acontece nas relações cotidianas e histórico-sociais onde "o homem é um ser essencialmente social e histórico que, na relação com o outro, em uma atividade prática comum intermediada pela linguagem se constitui e se desenvolve enquanto sujeito" (FREITAS, 1995). Um caminho em que, à medida que constrói sua singularidade, atua sobre as condições objetivas da sociedade, transformando-as.

A tendência pedagógica que esta Instituição utiliza, para desenvolver o processo educacional, fundamenta-se na constante busca da qualidade. De um ensino, que estimule e desafie o aluno em sua inteligência, propiciando o espírito crítico, reflexivo e ético, e criando situações para que aprenda igualmente, cada um de acordo com sua aptidão e com suas possibilidades, para uma aprendizagem adquirida na escola possa torná-lo cidadão realizado e feliz.

3. CURRÍCULO

O currículo é um conjunto de procedimentos educativos que determinam os conhecimentos a serem adquiridos pelo aluno, por um programa de atividades planejadas e ordenadas metodologicamente, para o estabelecimento de uma proposta de ensino.

De acordo com Vasconcellos (2000, p. 353):

Um currículo que tem a atividade humana como princípio educativo está profundamente comprometido, simultaneamente, com a atividade discente e docente. A perspectiva é a superação tanto da passividade quanto da reatividade das práticas instrucionistas. Chama a atenção à falta de sentido pessoal para a prática, seja por parte do aluno seja do próprio professor. São ações mecânicas, mas não autênticas atividades humanas.

Por essa razão o currículo, além de ser um instrumento de orientação – relação de conteúdos e práticas de ensino, etc. – do processo de ensino (docente) e de aprendizagem (discente), não pode ser ignorada a sua dimensão humana, pois nele se incluem os sujeitos da aprendizagem: aluno e professor.

O Guia de Estudos para Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar – SEE/MG (2006) apresenta a seguinte definição para currículo:

[...] um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução das ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar deve estar presentes.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, em 2013, iniciou-se o Projeto Reinventando o Ensino Médio, com as turmas de 1º ano, prosseguindo gradativamente o atendimento nesse projeto que, a partir de 2014 tornou-se uma política pública do Governo de Minas Gerais.

O projeto Reinventando o Ensino Médio, através da reformulação curricular tem como objetivo, a criação de um ciclo de estudos com identidade própria, que propicie, simultaneamente, melhores condições para o prosseguimento dos estudos e mais instrumentos favorecedores da empregabilidade dos

estudantes ao final de sua formação nesta etapa de ensino. (Caderno de Orientações do Projeto Reinventando o Ensino Médio, 2013)

O currículo do Ensino Médio é organizado por uma Base Comum Nacional e uma Parte Diversificada, onde deve ser considerada a diversidade cultural, econômica e social da região, bem como as áreas de Empregabilidade escolhidas pela Escola Estadual Virgílio de Melo Franco.

Dentre as áreas de Empregabilidade oferecida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais foram escolhidas pela comunidade escolar da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco às seguintes áreas: Comunicação Aplicada, Meio Ambiente e Recursos Humanos e Tecnologia da Informação.

A Base Comum Nacional do currículo é dividida em 03(três) áreas do conhecimento:

- Linguagem, Códigos e suas Tecnologias: composta pelos conteúdos de Língua Portuguesa, Arte e Educação Física.
- Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias: que se subdivide em Matemática, Química, Física e Biologia.
- Ciências Humanas e suas Tecnologias: constituída por História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

A Parte diversificada é dividida em:

- Linguagem, Código e suas tecnologias: compreendida por Língua Estrangeira Moderna.
- Áreas de Empregabilidade.

Os conteúdos das áreas de Empregabilidade são subdivididos nos três anos que compõem o Ensino Médio. A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco oferece duas Línguas Estrangeiras: Inglês e Espanhol.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece oportunidade aos jovens adultos que não tiveram condições de concluir seus estudos. Os maiores de 15 anos poderão concluir o Ensino Fundamental e os maiores de 18 anos concluir o ensino médio.

A Escola Estadual Vergílio de Melo Franco, oferece a modalidade presencial aos jovens adultos, maiores de 18 anos que estiverem aptos a concluir o ensino médio.

A Proposta Curricular tem a finalidade de possibilitar ao educando a produção do próprio conhecimento, com ênfase na autonomia e independência intelectual do mesmo.

Uma proposta curricular que garanta o êxito do processo educativo precisa ser essencialmente interdisciplinar, devido vivermos no mundo da comunicação, da pesquisa e da tecnologia, pois o ensino e a aprendizagem carecem interagir com os meios tecnológicos, para que a aprendizagem se concretize eficazmente.

A organização da proposta curricular obedece ao regime seriado anual, compreendendo 03 (três) para o Ensino Médio comum, e regime de etapas semestral compreendendo 03 (três) para a Educação de Jovens e Adultos.

O Ensino Médio comum diurno e noturno é oferecido através de módulos de 50 minutos, com 05 aulas diárias, totalizando-se 25 módulos semanais, 833h20min anuais em 200 dias letivos. As turmas de 1º e 2º ano fazem parte do projeto Reinventando o Ensino Médio e no diurno são oferecidas 06 aulas diárias, no total de 30 módulos semanais e 1000:00 horas anuais, no noturno são 25 módulos semanais e 116h40min são oferecidas na forma de projetos extracurriculares.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é ministrada em 01 ano e meio¹, 03 semestres, em 100 dias letivos e carga horária presencial total de 416h40min. A opção por 04 módulos diários de 50 minutos gera a reposição da carga horária de 83h20min, que será ministrada através de atividades complementares previstas no calendário escolar da instituição.

Conforme a Resolução SEE nº 2.197/2012:

¹Em 2013, o curso presencial EJA do Ensino Médio, terá duração de 01 (um) ano e meio, organizado em 03 (três) períodos semestrais. A nova organização será implantada, gradativamente, a partir de fevereiro de 2013. (art. 40, Res. SEE nº 2.197/12)

O Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar devem contemplar as condições de acesso, percurso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão.

Deste modo o Projeto Político Pedagógico deverá oferecer ações e atividades que permitam aos alunos com necessidades especiais, vivências educativas, culturais e esportivas em conjunto com os demais alunos. Para isso a escola deverá:

- preparar os professores para trabalhar com a diversidade;
- distribuir os alunos com necessidades educacionais especiais nas turmas, evitando-se a sua concentração em uma única turma;
- estimular a cooperação e solidariedade entre alunos;
- trabalhar com sistemas de monitorias de alunos;
- tornar o prédio acessível, sem barreiras arquitetônicas e atitudes preconceituosas ou desrespeitosas ao aluno;
- possuir diversos serviços de apoio disponíveis aos professores e alunos;
- articular família/comunidade/escola e instituições especializadas, procurando sempre o cumprimento da função escolar com todos os alunos, independentemente de suas condições.

No ensino tradicional os currículos eram organizados na forma disciplinar. Isso gerou a fragmentação dos processos pedagógicos em disciplinas. A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade investem na busca da superação dessa fragmentação.

A conexão entre as disciplinas do currículo torna o ensino mais acessível simplificando o entendimento devido à relação natural do mesmo com os demais componentes curriculares, contribuindo para a constituição de experiências e práticas coletivas entre professores especialistas e estudantes, visando superar a segmentação e formalização dos conteúdos escolares, além de promover a aprendizagem propriamente dita.

Componentes Curriculares da Base Nacional Comum
ENSINO MÉDIO COMUM

Componentes Curriculares	1ª série²	2ª série	3ª série
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
	- Arte	-	-
	- Educação Física*	- Educação Física	- Educação Física
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	- Biologia	- Biologia	- Biologia
	- Matemática	- Matemática	- Matemática
	- Física	- Física	- Física
	- Química	- Química	- Química
Ciências Humanas e suas Tecnologias	- Geografia	- Geografia	- Geografia
	- História	- História	- História
	- Filosofia	- Filosofia	- Filosofia
	- Sociologia	- Sociologia	- Sociologia
PARTE DIVERSIFICADA	*	- Língua Estr. Moderna Espanhol	- Língua Estr. Moderna Espanhol
	-Língua Estr. Moderna Inglês		

Fonte: Lei Federal – LDB nº. 9.394, de 20/12/96; Resolução CNE/CEB nº. 2, de 30/01/12; Res. SEE nº. 2486, de 20/12/13. (Adaptado pelos autores)

ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE – EJA³

² Com a implantação do projeto “Reinventando o Ensino Médio” – Res. SEE nº 2.030/12, em fevereiro de 2013, o currículo da 1ª série deverá proceder a uma nova metodologia de ensino.

³Em 2013, o curso presencial do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA terá a duração de 01 (um) ano e meio, organizado em 03 (três) períodos semestrais, com implantação gradativa (art.40, inciso II, da Resolução SEE nº 2.197/2012, de 26/10/12.

Componentes Curriculares	1º período	2º período	3º período
-Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	- Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
	- Arte	-	-
	- Educação Física*	- Educação Física	- Educação Física
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias	- Biologia	- Biologia	- Biologia
	- Matemática	- Matemática	- Matemática
	- Física	- Física	- Física
	- Química	- Química	- Química
- Ciências Humanas e suas Tecnologias	- Geografia	- Geografia	- Geografia
	- História	- História	- História
	- Filosofia	- Filosofia	- Filosofia
	- Sociologia	- Sociologia	- Sociologia
PARTE DIVERSIFICADA	*-Língua Estr. Moderna	-Língua Estr. Moderna	--Língua Estr. Moderna

Fonte: Lei Federal – LDB nº. 9.394, de 20/12/96; Resolução CNE/CEB nº. 2, de 30/01/12; Res. SEE nº. 2017, de 29/12/11. (Adaptado pelos autores)

Vários Eventos Escolares fazem parte da programação curricular da Escola Virgílio de Melo Franco que, respeitando as diversidades culturais existentes e seus sujeitos, são planejadas ações pedagógicas embasadas nos princípios:

I - *Éticos*: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - *Políticos*: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - *Estéticos*: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias. (art. 3º, Res. SEE/MG nº 2.197/2012)

As ações acima mencionadas são trabalhadas em consonância com os aspectos de Vida Cidadã: Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e a Tecnologia, Cultura e as Linguagens (Res. CEB nº 2/98) através da articulação entre vários componentes curriculares.

Assim, esta articulação permitirá que a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada atendam ao direito de alunos e professores terem acesso a conteúdos mínimos de conhecimentos e valores, facilitando, desta forma, a organização, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas das escolas, como estabelecido nos artigos 23 a 28, 32 e 33 da LDB. (Parecer CNE/CEB nº 4/10)

Deste modo, será possível uma construção dialógica, não apenas em relação aos aspectos curriculares. Alunos, professores e toda a comunidade escolar se constituirão como sujeitos e, como tal, serão valorizados com todas as suas especificidades, proporcionando condições para a formação cidadã.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Visando atender à demanda para os anos seguintes as turmas deverão ser organizadas antes do início do ano letivo subsequente, para que a instituição possa oferecer as vagas remanescentes àqueles que desejam matricular-se nas diversas séries dos turnos matutino, vespertino e noturno.

Na organização das turmas deve o professor primar pelo respeito às diversidades existentes em uma sala heterogênea. É importante que o mesmo consiga superar os mecanismos de seleção, de regulação padronizada e de nivelamento.

O currículo escolar parte dos pressupostos que todos podem aprender devendo a escola estar preparada pedagogicamente, para ministrar o conhecimento a todos os seus alunos indistintamente, preservando o respeito às diferenças para a superação dos fracassos escolares existentes em busca da eficácia do processo educacional.

No ensino médio as turmas são organizadas por faixa etária, de maneira que a enturmação observará os parâmetros legais – no ensino médio: 40 (quarenta) alunos por turma – (Anexo II, da Resolução SEE nº 2.018, de 06/01 de 2012). No 1º ano do Ensino Médio, após o Seminário de Percurso, a enturmação é feita de acordo com a área de empregabilidade escolhida pelo aluno.

A Escola não possui um sistema de monitoramento permanente, mas os alunos recebem atendimento esporádico dos professores, supervisores e professores de ensino do uso da biblioteca, para esclarecimento de dúvidas que possam apresentar no decorrer do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

A Escola Virgílio de Melo Franco oferece aos seus alunos espaço físico – laboratório de informática, laboratório Química/Física/Biologia, Biblioteca Escolar, sala de multimídia – amplo e adequado, munido de materiais didáticos e tecnológicos, que contribuem para o estudo e a pesquisa, visando à efetivação do êxito da aprendizagem de seus alunos.

A Escola, no atendimento à diversidade educacional existente, procura elaborar Planos de Ensino e Projetos Específicos de trabalho com fins de viabilizar o processo de ensino e de aprendizagem evidenciando provocar, em seus alunos, mudanças de comportamento e atitudes.

Os planos e projetos elaborados propõem envolver educadores e educandos num trabalho mais amplo, dentro das necessidades da realidade escolar, através de pesquisa e estudo, e outras estratégias. Dentre os planos e projetos da Escola, os considerados mais necessários e que já fazem parte do Calendário de Eventos, são:

- Plano de Intervenção Pedagógica – PIP – 2012/2013;
- Projeto Alternativo de Letramento – 2012/2013;
- Projeto de Educação Afetivo Sexual – PEAS;
- Projetos complementares de CH da EJA;
- Projetos Inter e Transdisciplinares: Meio Ambiente; Cidadania; Diversidade; Idoso; Afro; Saúde; outros.

Na elaboração dos Planos de Ensino, devem constar as atividades propostas no Plano de Intervenção Pedagógica – PIP, bem como os conteúdos constantes dos Componentes Básicos Curriculares – CBC e Componentes Básicos Curriculares de Empregabilidade – CBCE. Para melhor ser trabalhado, o plano de ensino deve ser dividido em semestres ou bimestres, cujos conteúdos de estudo podem ser mais detalhados para melhor operacionalização dos mesmos.

Algumas estratégias metodológicas sugeridas:

- Projetos de trabalho – nascem das necessidades surgidas em sala de aula;
- Projetos alternativos – elaborados pelo coletivo escolar, para atender as dificuldades específicas;
- Sequências Didáticas, Unidades de Estudos, Centros de Interesse – elaborados para atender a uma unidade de estudo específica, podendo ser planejados por disciplina, áreas de estudo ou blocos de disciplinas.

A elaboração das estratégias de trabalho é de responsabilidade do professor, caso queira pode solicitar o acompanhamento e orientação do pedagogo da Escola.

5. PROCESSO DE DECISÃO

A gestão da Educação é responsável por garantir a qualidade de uma mediação no seio da prática social global (Saviani, 1980, p.120), que se constitui no único mecanismo de humanização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos.

“A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania”. (Gadotti, 1995, p. 42). Sendo assim, a Escola só se constituirá como democrática se tiver com frequência, a participação da comunidade escolar por ela atendida.

A professora Amélia Hamze de Castro é responsável pela seção de Pedagogia no Portal Educacional Brasil Escola. Ela relembra que

Os artigos 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares. Devemos enfatizar então que a democracia na escola por si só não tem significado. Ela só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade.

Assim, a gestão participativa oportuniza a comunidade escolar o envolvimento necessário para reconstruir uma educação de qualidade. Uma gestão democrática requer a participação da comunidade escolar nos processos que se evoluem em permanente formulação e em implementação coletiva de metas, objetivos, estratégias e procedimentos da Escola, quer sejam a respeito dos aspectos pedagógicos, quer sejam relativos à gestão administrativa, dos recursos humanos e financeiros.

O processo de indicação de dirigente da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é realizado de acordo com a legislação vigente e consta o mesmo de espírito ético,

democrático e transparente. Participam deste processo, alunos, devidamente matriculados e frequentes e funcionários do quadro da Escola.

Os candidatos interessados ao cargo de diretor – devidamente aprovados no processo Certificação de Diretores de Escolas Estaduais da SEE –, juntamente com seus vice-diretores apresentam à comunidade escolar, em assembleia geral, seu Plano de Ação, para conhecimento e apreciação do mesmo. O processo de indicação ocorre por meio de voto direto, para a escolha do futuro gestor, que dirigira a escola por um determinado período.

Ao ser indicado, o novo gestor leva ao conhecimento da comunidade escolar o Termo de Compromisso, que é assinado no ato de posse. Este traz as atribuições do cargo assumido, para que a mesma possa acompanhar e cobrar caso necessário.

Realizar uma gestão democrática é acreditar que todos possam encontrar caminhos para atender melhor aos anseios da comunidade escolar, gestão esta que deverá ser mediada pelos princípios fundamentais da descentralização, participação e transparência.

É apresentando planos e partilhando todas as ações que a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, conseguirá atingir as metas pactuadas, indo além destas pois:

O gestor líder volta suas ações para os bons resultados da educação e esse objetivo é buscado pela divisão de tarefas, por assumir aquelas não-delegáveis, por integrar ideias e ações de forma a se solidificar um grande compromisso com as famílias e comunidade envolvidas. (GUIA DO DIRETOR ESCOLAR, SEE-MG)

Em reuniões ordinárias e extraordinárias com o Colegiado Escolar, bimestralmente com os Conselhos de Classe e, semestralmente, com a Comunidade Escolar, que a Escola Virgílio de Melo Franco expõe sobre a importância e valorização e funcionamento de todos os segmentos, para a concretização do seu Plano Educacional. É importante lembrar que nos Conselhos de Classe são priorizadas as discussões sobre:

- disciplinas e comportamentos dos alunos;

- desempenho satisfatório e não satisfatório;
- sugestões para aprimoramento da prática educativa, enfatizando o desempenho do professor e equipe escolar.

A Caixa Escolar “Virgílio de Melo Franco” é regida por estatuto próprio e seu funcionamento procede em conformidade com a legislação vigente. Tem por finalidade, a prestação de serviços de assistência ao aluno e a Instituição Escolar, pois como afirma Hora (1999, p.53) “a escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma política de convivência humana”.

Semestralmente, a Escola reúne em assembleia a Comunidade Escolar, para prestar informações a respeito das prestações de contas referentes aquele semestre. Ainda em assembleia a Escola faz conhecer as prioridades da Caixa Escolar e do Colegiado Escolar, como órgãos responsáveis para a aquisição e aprovação das prestações de contas realizadas pela Escola.

A aquisição de material de consumo e permanente é realizada por meio de licitação pública, pela Comissão de Licitação atendendo às exigências do Tribunal de Contas do Estado. Os recursos são adquiridos através das Quotas Estaduais do Salário-Educação (QESE), do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) para o custeio das necessidades gerais da Escola.

6. RELAÇÃO DE TRABALHO

Para assegurar a harmonia e evitar situações de conflitos, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, utiliza-se do Código de Ética e de Boa Convivência, que prima pelo:

- Diálogo aberto individual ou em grupo – quando é necessário fazer alguma advertência a um profissional, procura ressaltar a importância dos direitos e deveres de cada profissional em seu cargo e função.
- O respeito ao outro – requisito principal para uma boa relação profissional, pois se procura acatar a realidade individual, a diversidade de ideias, natural de cada pessoa promovendo assim, um relacionamento interpessoal harmonioso na Instituição.

Para Lucchesi (1997, p. 233-4), o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador. E assim, salienta que:

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição... Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das micro relações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tomando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco o Diretor é “um ser articulador”, que deixa claro a importância e valorização do respeito, da responsabilidade e da solidariedade entre funcionários, aspirando ao bem estar de todos, lembrando que, como seres que vivem em sociedade temos normas e limites a serem observados, e que os mesmos são de extrema relevância nas relações entre as pessoas, em especial as que lidam com a educação, pois:

Zelar pelo bem-estar de todos os servidores, concedendo-lhes benefícios e vantagens que lhes são de direito, em tempo hábil, proporcionar-lhes ambiente propício para o exercício de suas funções, possibilitar-lhes formação continuada e avaliação de desempenho individual justa, são ações imprescindíveis na gestão de pessoas. (Guia do Diretor Escolar, SEE-MG)

A Escola Virgílio de Melo Franco mantém um relacionamento aberto e transparente com a Família na busca de uma melhor interação com a mesma e, conseqüentemente, a consolidação do seu planejamento de trabalho, que incide sobre o “acesso, permanência e sucesso” do aluno no processo educacional.

Durante todo o ano letivo, a Escola se relaciona com os Pais e a Comunidade por meio de eventos, homenagem, festa junina, folclore, sarau literário, palestras informativas, diálogos, entrega de resultados das avaliações bimestrais e informações sobre os dos resultados das avaliações externas, para análise e discussão dos mesmos.

Além disso, valoriza sempre os pais e alunos respeitando-os, acatando sugestões, atendendo-os com afabilidade. É motivando a presença dos pais e alunos na escola que promoveremos um maior comparecimento destes nos eventos constantes do Calendário Escolar. Dessa forma a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, procura estreitar cada vez mais, os “laços” Escola e Família.

Algumas ações propostas para estreitar os laços “Família e Escola”:

- Motivar os pais a frequentar reuniões promovidas pela escola, principalmente no início do ano letivo – assembleias – para informar sobre a estrutura e funcionamento e do planejamento da Escola para aquele ano/ semestre letivo, e bimestralmente, após o Conselho de Classe, com os resultados do processo de ensino-aprendizagem, propondo à família dar sugestões para a melhoria do desempenho, da turma e/ou do filho;
- Incentivar a comunidade a participar dos eventos promovidos Escola: apresentações artísticas, cívicas, esportivas e outros.
- Promover encontros com os Pais, para discussão de temas como adolescência, autoestima, drogas, disciplina, valores, saúde, aprendizagem, e outros temas pertinentes.

A escola comunica-se constantemente com a família e a comunidade, sobretudo para a divulgação e do seu Plano de Trabalho envolvendo-a como grande parceira no cumprimento de sua função precípua: educar.

Quando solicitada e autorizada pelo Colegiado Escolar, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco oferece seu espaço físico: salas de aula, quadras esportivas, para a comunidade local realizar eventos variados: encontros, reuniões para estudos,

cursos, jogos externos na responsabilidade dos interessados de cuidarem e valorizarem o espaço utilizado.

7. AVALIAÇÃO

Luckesi (1998, p. 69), assim define avaliação: “Entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”.

A Nova LDB, em seu Art. 24, inciso V, diz que “a verificação do rendimento escolar observará (...)” dentre os seguintes critérios a:

Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais [...]

Desse modo, o processo de avaliação deve ser contínuo e paralelo ao ensino. Deve acontecer durante todo o ano letivo, em vários momentos e de diversas formas, de modo que o professor possa detectar se o conteúdo foi ou não apreendido pelo aluno e se as estratégias utilizadas foram adequadas/apropriadas para tornar a aprendizagem significativa para o educando.

Na literatura existem três formas de avaliação. A cada necessidade, o educador poderá se valer de uma das modalidades descritas a seguir:

Avaliação Formativa – é aquela que auxilia o professor no seu fazer pedagógico, fornecendo dados para uma tomada de decisão. Perrenoud (2000, p.103) diz:

É formativa toda avaliação que ajuda o aluno a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo.

Avaliação Somativa - De acordo com Haydt (1997, p. 18), “a Avaliação Somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino [...]”. Como definido, essa modalidade de avaliação classifica os alunos para prosseguir nos estudos.

Avaliação Diagnóstica - Haydt (op. cit. p. 292 -93) diz que:

[...] A avaliação diagnóstica auxilia o professor a determinar quais são os conhecimentos e habilidades que devem ser retomados antes de introduzir os novos conteúdos previstos no planejamento. [...] também permite diagnosticar as dificuldades dos alunos [...].

Dessa forma na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco a prática pedagógica é desenvolvida num processo contínuo e global, que possibilite a ação-reflexão-diagnóstico-tomada-de-decisão, para chegarmos às novas ações que concretizem a qualidade do ensino.

A avaliação da aprendizagem dos alunos será realizada pelos professores em regime de colaboração com a equipe pedagógica. Nos casos de classificação e/ou reclassificação poderá ocorrer sob a responsabilidade de uma comissão, composta pelo gestor, supervisor e alguns professores

A avaliação jamais poderá assumir um caráter punitivo. Além disso, deverá prever diferentes estratégias de modo a propiciar aos diferentes tipos de alunos condições de demonstrar suas habilidades e competências. Para tal, o professor deverá utilizar-se de “observação, o registro descritivo e reflexivo; os trabalhos individuais e coletivos; os portfólios, exercícios, entrevistas; as provas, testes, questionários, etc.” conforme previsto no artigo 70 da Resolução SEE 2197.

Cada educador, após identificado as necessidades individuais de cada aluno, deverá desenvolver as atividades de modo a atendê-los integralmente, garantindo que os mesmos tragam significação/ressignificação, consolidando assim as competências e habilidades diagnosticadas.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem, realizada pela Escola Estadual Virgílio de Melo Franco e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE –, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB –, devem ser considerados para elaboração, anualmente, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

A Escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e ainda:

- Criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar;
- Organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma.

A escola deve prever, conforme Resolução em vigor, diferentes oportunidades de recuperação aos alunos que não obtiveram resultados satisfatórios. Sendo assim, a Resolução 2197, em seu artigo 78 estabelece:

Estudos Contínuos de recuperação – ao longo do processo ensino-aprendizagem;
Estudos periódicos de Recuperação – aplicados após o encerramento de cada bimestre; - Estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente. Última estratégia, utilizada caso as medidas tomadas no decorrer do ano letivo, não surta os resultados esperados.

A progressão parcial permite ao aluno avançar para a série seguinte, sendo possíveis assim, novas oportunidades para no ano seguinte, consolidar os conhecimentos, competências e habilidades básicas. Conforme descrito no artigo 74 da resolução 2197

A partir de 2014, os alunos poderão se beneficiar da progressão parcial em até três componentes curriculares. Valendo também para os alunos do nono ano, que até então eram considerados reprovados, caso não conseguissem consolidar a aprendizagem no ano em curso. A Resolução 2197 da SEE/MG em art. 75 diz:

§ 1º O aluno em progressão parcial no 9º ano do Ensino Fundamental tem sua matrícula garantida no 1º ano do Ensino Médio nas Escolas da Rede Estadual, onde deve realizar os estudos necessários à superação das deficiências de aprendizagens evidenciadas nos tema(s) ou tópico(s) no(s) respectivo(s) componente(s) curricular(es).

§ 2º Ao aluno em progressão parcial devem ser assegurados estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado, Conjuntamente pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso, com a finalidade de proporcionar a

superação das defasagens e dificuldades em temas e tópicos, identificadas pelo professor e discutidas no Conselho de Classe.

§ 3º Os estudos previstos no Plano de Intervenção Pedagógica devem ser desenvolvidos, obrigatoriamente, pelo(s) professor(es) do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano letivo imediato ao da ocorrência da progressão parcial.

§ 4º O cumprimento do processo de progressão parcial pelo aluno poderá ocorrer em qualquer época do ano letivo seguinte, uma vez resolvida a dificuldade evidenciada no(s) tema(s) ou tópico(s) do(s) Componentes Curricular(es).

Para os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, só concluirão a Educação básica, quando apresentarem domínio das habilidades exigidas em cada componente curricular. Sendo assim, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco deve garantir atenção especial a esses educandos de modo a encerrar o ano com as competências consolidadas, garantindo a aprovação dos alunos.

A classificação e a reclassificação são recursos pedagógicos utilizados para ajustar o aluno ao processo educacional.

Quanto à classificação a Resolução 2197 em seu Art. 17 diz:

O recurso da classificação tem por objetivo posicionar o aluno em qualquer ano da Educação Básica, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento.

A Classificação ocorre ao final do ano letivo por promoção para os alunos que concluíram o ano letivo na escola, por transferência para os alunos oriundos de outras escolas dentro ou fora do país.

Além disso, os alunos podem passar por avaliação – independentemente de escolarização anterior -, ai será alocado na série compatível com suas habilidades e competências.

No tocante à reclassificação a Resolução 2197 em seu Art. 18 diz que: “A reclassificação é o reposicionamento do aluno no ano diferente de sua situação atual, a partir de uma avaliação de seu desempenho.”

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, sempre que necessário convoca uma comissão de reclassificação para dar início aos procedimentos, conforme determina

as orientações legais. Pode ocorrer nas modalidades: avanço, aceleração e transferência.

Um cuidado deverá ser tomado com os documentos que fundamentam a reclassificação (atas, provas e outros trabalhos que venham a ser exigidos dos alunos), os quais deverão ficar arquivados na pasta de cada aluno. Também deverá constar do histórico escolar do aluno, por ocasião de sua transferência ou conclusão de curso, informação sobre processo de classificação ou reclassificação a que ele tenha se submetido. (Parecer 1.132/97, p. 5).

Após essa etapa, os alunos serão acompanhados de modo que a equipe pedagógica possa realizar intervenção pedagógica se necessário e, sempre que necessário.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco o conselho de professores se reúne bimestralmente para discutir e analisar a situação dos alunos que ainda não consolidaram as habilidades necessárias para serem classificados para a etapa seguinte. Leva em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em sua disciplina isoladamente.

Após o Conselho, os resultados são informados aos pais e/ou responsáveis imediatamente. Pois há casos que a intervenção dos familiares é de suma importância para a retomada dos resultados esperados por parte dos educandos.

Em relação às Técnicas e Instrumentos Avaliativos no processo ensino-aprendizagem, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco orienta que o professor deverá utilizar de diversas estratégias para obter mais fidedignamente os resultados dos alunos. Inicialmente precisará estabelecer o ponto de partida, através da chamada Avaliação Diagnóstica.

Definido o nível dos alunos, o educador poderá utilizar-se de diversos métodos para verificar a apreensão ou a partir dos objetivos propostos tais como: observação das habilidades apresentadas nas resoluções das questões, atividades individuais escritas e orais, atividades em grupo, questionários, relatórios, auto avaliação.

Assim, “a avaliação assume dimensão orientadora, permitindo que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para progredir na construção do conhecimento”, afirma a professora Rozimar Gomes da Silva Ferreira, do curso Avaliação do Aluno no Processo Educacional – Fundamental e Médio, elaborado pelo CPT – Centro de Produções Técnicas.

A valorização das atividades e do conhecimento próprio da cultura do aluno é um dos aspectos a ser incluído no acompanhamento da recuperação contínua e paralela completando com os conteúdos curriculares em deficiência de apreensão.

Para a verificação do rendimento nas avaliações será atribuída uma valoração das atividades que, cuidadosamente, será observada a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco para todos os conteúdos que compõem a Base Comum e a Parte Diversificada, para a avaliação do aproveitamento, será adotado o sistema de pontos (que vão se acumulando durante o ano letivo): de 0 (zero) a 100 (cem), permitindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento), como critério de aprovação.

Os pontos cumulativos de 0 (zero) a 100 (cem) serão distribuídos bimestralmente:

- 1º Bimestre – 20 (vinte) pontos;
- 2º Bimestre – 25 (vinte e cinco) pontos;
- 3º Bimestre – 25 (vinte e cinco) pontos;
- 4º Bimestre – 30 (trinta) pontos;

Aos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, do 1º, 2º e 3º períodos, a distribuição dos 100 pontos cumulativos se dará em 02 (duas) etapas que correspondem a um trimestre letivo cada, sendo a pontuação por etapa:

- 1ª etapa: 40 pontos,
- 2ª etapa: 60 pontos.

No curso do PRONATEC são distribuídos 100 pontos cumulativos, dos quais o aluno deverá atingir 60% para aprovação, a distribuição será da mesma forma que na EJA.

A Escola Virgílio de Melo Franco, juntamente com as demais escolas do Estado, participa das avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação da Rede Pública/ Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – SIMAVE/ PROEB. Com a Resolução de criação do SIMAVE, nº 104, de 14 de julho de 2000. Todas as escolas da rede pública passaram a participar das avaliações de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, que objetiva identificar, de forma criteriosa e democrática, as desigualdades de oportunidades educacionais de cada escola em relação ao município e Estado, na busca conjunta de metas para “formar consciências e mobilizar educadores e sociedade na luta pela equidade” (FÉRES, 2001).

Os resultados das avaliações SIMAVE/ PROEB nos três últimos anos demonstraram que a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco está no caminho certo. Os níveis de Proficiência apresentaram uma pequena elevação em especial em relação aos resultados de Língua Portuguesa.

Na concepção da Escola Virgílio de Melo Franco, a Avaliação de Desempenho é um instrumento de trabalho que proporciona ao servidor avaliar o seu desempenho, tendo como suporte a análise das suas eventuais dificuldades – pontos fracos/ debilidades – do seu desempenho, assim com a apreciação de suas facilidades – pontos fortes.

A avaliação de desempenho ocorre em duas etapas e deve seguir os critérios previstos no Art. 11 do Decreto 45851 de 28 de novembro de 2011, a saber:

Art. 11. A AED obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditória e ampla defesa.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco tem buscado através, do Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI) avaliar o desempenho das ações que contribuem para o aprimoramento da competência do profissional. O PGDI é um plano de trabalho elaborado pelo próprio profissional, para a execução do mesmo dentro de

um determinado período, conforme a legislação vigente. Nesse plano o profissional apresenta as atividades a serem desenvolvidas – ações e metas –, com análise semestral, visando detectar das dificuldades para replanejamento de novas ações e metas.

O preenchimento do PGDI é o momento de planejar, negociar e acordar as principais ações que o servidor precisará desenvolver durante o ciclo de avaliação. Esta ferramenta, quando bem utilizada, auxiliará na melhoria do trabalho e no desenvolvimento das competências do servidor, facilitará o alcance de metas da equipe e organizacionais, e definirá com clareza as responsabilidades de cada servidor promovendo uma gestão de pessoas mais ativa e eficiente. (www.planejamento.mg.gov.br/.../formulario_PGDI_2013)

A comissão de avaliação formada por servidores efetivos e presidida pelo Diretor da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco utiliza dos instrumentos de avaliação para registrar os itens avaliados. A comissão poderá optar por realizar entrevistas com o servidor a ser avaliado ou com outros profissionais da escola, a fim de obter subsídios para realização da avaliação de desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto Político-Pedagógico foi elaborado para ser revisto e reelaborado em sua organização, propondo novos objetivos e elaborando novas estratégias, com vistas a substituir as que não estiverem atendendo às necessidades do processo de ensino e de aprendizagem escolar.

Segundo Gadotti (1994 *apud* VEIGA, 2000, p 12),

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas com o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Assim o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco almeja estabelecer um direcionamento didático-pedagógico para processo de aprendizagem que propõe desenvolver no período 2013-2015. É importante ressaltar que o mesmo não está “pronto e acabado”, porque a “educação é um processo inacabável” (Paulo Freire, 1996). Desse modo – o Projeto – é um instrumento flexível, passivo de mudanças que possibilitem o cumprimento das promessas, sendo isso somente possível, com a participação de todos os atores e autores envolvidos na sua elaboração e execução do referido documento.

Entende-se que não será fácil cumprir as promessas – objetivos e metas – indicadas neste Projeto, porque os obstáculos e desafios serão constantes. Isto significa que este trabalho implica em “quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém, de estado melhor do que o presente” (GADOTTI, 2001).

Dessa forma espera-se que, ao final do período 2013-2015, com total envolvimento da equipe docente e pedagógica e com a participação de toda a comunidade escolar avaliando e sugerindo mudanças, a escola possa alcançar a maioria dos objetivos propostos.

Com a concretização das metas, em conformidade com as possibilidades e necessidades da prática de ações, inovadoras e criativas, permitiremos aos alunos “uma educação reflexiva, ética e transformadora”. Este é o propósito, a promessa, o desafio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadernos de Orientações PDPI/ Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional** – Belo Horizonte: SEE/MG, 2007.

_____. **Caderno de Orientações Reinventando o Ensino Médio**. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Superintendência da Educação Básica. Superintendência de Desenvolvimento de Ensino Médio. Belo Horizonte: SEE/MG, 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. **Resolução CNE/CEBnº 2/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papyrus, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. PROCAD/SEE/MG, 2001.

_____. **Pensamento pedagógico brasileiro**: São Paulo: Ática, 1995.

Guia de Estudos para a Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Educação. SEE/MG, 2007.

Guia do Diretor de Escola. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Superintendência da Educação Infantil e Fundamental. Diretoria de Ensino Fundamental. SEE/MG.

HAYDT, R. C. C. Técnicas e instrumentos de avaliação. In: **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1997.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva.**(Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico). Campinas, SP: Ed. Papirus, 1999.

LUCCHESI, Dante & MACEDO, Alzira (1997) “A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu”, em: Papiá - Revista de Crioulos de Base Ibérica, 9, p. 20-36.

LUCKESI, Cipriano. **A avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1998.

MELLO. Maria Aparecida. **Psicologado.** Disponível em: <http://psicologado.com/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/introducao-aos-estagios-de-desenvolvimento-de-jeanpiaget>. Acesso em 23 ago 2014

MINAS GERAIS. **Decreto 45851 de 28 de novembro de 2011.** Regulamenta o estágio probatório e a avaliação especial de desempenho do servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial de Minas Gerais Belo Horizonte, 28 de Nov. de 2011.

MIZUKAMI, Maria da G. N., **trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional.** In: REALI, Aline M. de M. R.; MIZUKAMI, Maria da Graça N. (Orgs.). Formação de professores: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação** - da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DE MINAS GERAIS. **Resolução SEE Nº 2442/2013**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. Disponível em: www.educacao.mg.gov.br. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

_____. **Resolução SEE Nº 2.197/2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em www.educacao.mg.gov.br. Acesso em 10 de junho de 2014

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

VASCONCELLOS, Celso S. Currículo: **A atividade humana como princípio educativo**. 3. Ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **O projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. IN: Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

www.pedagogia.brasilecola.com/equipe/amelia-hamze.htm. Omnia Soluções WEB Ltda. Acesso em 08 ago 2014.

<http://www.pedagogia.com.br/conteudos/construtivista.php> Jonathas Rafael e Cícero Cordeiro. Só Pedagogia. Acesso em 23 ago 2014.